

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI - Nº 1.225 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2000

## Congresso pode votar hoje o Orçamento da União para 2001

Aumento do salário mínimo para R\$ 180 e leis de combate à sonegação fiscal são fatos decorrentes da análise da proposta orçamentária destacados pelo relator, senador Amir Lando, cujo relatório foi apreciado pela comissão mista



O Plenário do Congresso deve votar hoje o substitutivo do relator-geral, senador Amir Lando, ao projeto de lei orçamentária apresentado pelo Executivo. A Comissão de Orçamento realizou ontem à tarde e à noite reuniões para debate e votação do substitutivo, cujo término estava previsto para a madrugada de hoje. Pela manhã, senadores e deputados que compõem a comissão estiveram com o presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem levaram o relatório final (foto). Amir Lando afirmou que as mudanças no projeto garantem o salário mínimo de R\$ 180 e o combate à sonegação de impostos.

PÁGINAS 3 E 4

### Senado deve examinar Fundo Verde-Amarelo

PÁGINA 2

### Álvaro Dias defende as prerrogativas da CPI

PÁGINA 8

### Heloísa Helena critica troca de nome da Petrobras

PÁGINA 6

### Maldaner cobra recursos para a Defesa Civil

PÁGINA 5



A Comissão Mista de Orçamento, presidida por Alberto Goldman, aprecia o relatório do senador Amir Lando com substitutivo ao projeto apresentado pelo Executivo

# Senado pode votar fundo de estímulo à tecnologia

Programa de incentivo à interação universidade-empresa é uma das propostas na pauta do Plenário, que deve examinar mais 17 matérias

A pauta de votações do Senado para hoje prevê a votação do chamado Fundo Verde-Amarelo, programa de estímulo à interação universidade-empresa. O projeto, originário do Executivo, institui um taxação de 10% sobre o que as empresas remetem ao exterior a título de *royalties*, compra ou aluguel de tecnologia. Os recursos constituiriam um fundo destinado a estimular o desenvolvi-

mento tecnológico nacional com programas de pesquisa desenvolvidos por universidades e setor produtivo.

O Plenário vota ainda 17 outras propostas. Entre elas, duas solicitações de autorização para contratação de empréstimos pela União, para custear o Programa de Expansão da Educação Profissional e para a aquisição de equipamentos hospitalares des-

tinados à rede pública.

Os senadores votam ainda cinco tratados internacionais em matérias penal, ambiental, cultural e comercial. Além disso, a pauta prevê o exame de permissão de funcionamento de emissoras de rádio em Itapoá (SC), Toledo (PR), São José dos Campos (SP), Ouro Preto (MG), Colíder (MT), Amapá (AP) e Almeirim, Bragança e Capanema (PA).

## ACM recebe ministro do Meio Ambiente

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem de manhã o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho. Após o encontro, o ministro disse que o propósito da visita foi "agradecer todo o apoio que a área ambiental recebeu do Congresso Nacional ao longo do ano 2000". Sarney Filho destacou que o Legislativo contribuiu com o governo no aprimoramento da estrutura de gestão e controle das questões ambientais, aprovando diversos projetos de importância para sua pasta.



## Bezerra discorda de órgão único nos transportes

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) discordou da transformação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) em um órgão que reuniria todas as atividades operacionais relativas aos transportes, que se chamaria Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. A proposta faz parte do projeto

de lei encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional, que se encontra em discussão na Câmara dos Deputados. Bezerra disse que é preciso levar-se em consideração que o transporte rodoviário representa 95% das pessoas e 60% das cargas transportadas no Brasil.

— Considerando ainda que a política governamental para o setor está nitidamente voltada à desestatização das demais atividades operacionais de transporte, aquaviárias, ferroviárias e portuárias, pode-se prever que, em pouco tempo, caberá ao novo departamento a única e exclusi-

va função de gerenciamento do transporte rodoviário — acrescentou.

Segundo Bezerra, torna-se impróprio e dispendioso todo um processo de transformação do atual órgão, "perdendo-se uma história de meio século e toda a tradição, nacional e internacional, que tem hoje o DNER". Para o senador, seria melhor identificar as outras poucas atividades que causam diferença entre o DNER e o órgão proposto, e congregá-las em outro órgão operacional do Ministério dos Transportes ou às novas agências reguladoras correspondentes.



### AGENDA

QUINTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

Brasil 500



10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 92, de 2000, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a US\$ 19,1 milhões junto ao Eximbank Magyar (Budapeste/Hungria), destinada ao Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep); Mensagem Nº 259, de 2000, do presidente da República, solicitando autorização do Senado para a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até 592,7 milhões de ienes japoneses, entre o Brasil e a Marubeni Europe, destinada ao financiamento de 15% relativos ao pagamento de sinal das aquisições de equipamentos no âmbito do Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento da Rede Hospitalar; discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1998, que aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o Brasil e a Coreia, em Brasília, em 1º de setembro de 1995; discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2000, que aprova o texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul, concluído em Buenos Aires em 23 de julho de 1998; discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global "Global Environment Facility" Reestruturado, com contribuição inicial equivalente a Direito Especial de Saque (DES) quatro milhões, de acordo com os termos do Instrumento para a criação do Fundo Reestruturado de Meio Ambiente, concluído em Genebra, Suíça, em maio de 1994; discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2000, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993; discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2000, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e o Zimbábue, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 1999; discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2000, que aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação celebrado pelo governo da República Federativa do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998; discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Itapoá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapoá (ES); discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2000, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mundial FM de Toledo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Toledo (PR); discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2000, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação José de Paiva Netto, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São José dos Campos (SP); discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2000 (nº 461/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Preto (MG); discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2000, que aprova o ato que autoriza a ACCNR — Associação Comunitária Centro Norte de Rádio e Difusão — a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colíder (MT); discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2000, que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Monte Dourado da Amazônia a executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Monte Dourado, município de Almeirim (PA); discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2000, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Vera Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá (AP); discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2000, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educadora de Bragança para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bragança (PA); discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2000, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nacional da Cultura Negra e Miscigenações Brasileiras para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capanema (PA); discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2000, de iniciativa do presidente da República, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica ao município de Recife (PE); e discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2000, de iniciativa do presidente da República, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências.



Bezerra cita a tradição do DNER na área de transporte

A proposta faz parte do projeto

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Congresso deve apreciar hoje Orçamento para 2001

Relator assegura que modificações introduzidas pelo Congresso no projeto do governo tiveram o mérito de assegurar um aumento do salário mínimo superior ao proposto e a aprovação das leis de combate à sonegação fiscal

O Plenário do Congresso Nacional deve reunir-se hoje para votar o substitutivo do relator-geral, senador Amir Lando (PMDB-RO), ao projeto de lei orçamentária do Poder Executivo. Ontem, às 14h45, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização iniciou a discussão do substitutivo apresentado pelo relator-geral e suspendeu temporariamente a reunião às 19h30. O debate do substitutivo foi retomado às 21h30 e a previsão era de que, após sua votação, seriam examinados até a madrugada de hoje os 485 destaques para votação em separado apresentados ao longo da discussão da matéria. Ainda não foi definido o horário da votação do relatório em plenário.

Em relação ao seu parecer sobre os destaques, o relator antecipou que não há mais recursos a serem distribuídos e que rejeitará os destaques que implicarem aumento de despesa. Para ele, "não há mais espaço para negociação", conside-

rando que ela foi exaustiva e abrangeu todas as bancadas. Nas discussões, ele admitiu equívoco apenas quanto aos recursos destinados ao estado do Mato Grosso, inferiores aos que teriam sido acordados com a bancada federal.

Antes das discussões sobre o relatório final, a comissão aprovou dois adendos referentes a reestimativas de receitas que permitirão, juntamente com outros dois que já tinham sido aprovados pela comissão, contribuir para um aquecimento da economia nacional, segundo afirmou o relator-geral em apresentação dos grandes números de seu substitutivo.

Na análise do relator, as modificações feitas pelo Congresso no projeto do governo tiveram o mérito de assegurar um aumento do salário mínimo superior ao proposto pelo Executivo (de R\$ 159 para R\$ 180) e de "devolver ao povo o que lhe foi sonegado", referindo-se, nesse caso, às três leis de combate à sonegação recentemente aprovadas.



Na reunião presidida por Alberto Goldman (ao microfone), o senador Amir Lando apresentou seu relatório final

## Parlamentares aumentam gastos sociais e viabilizam novo mínimo

As mudanças no projeto de lei do Orçamento de 2001, em exame ontem pela Comissão Mista de Orçamento, aumentam em R\$ 5,95 bilhões os gastos da União com obras e projetos sociais. Além disso, o Congresso decidiu repassar à Previdência Social outros R\$ 3,45 bilhões, que serão usados para aumentar o salário mínimo dos atuais R\$ 151 para R\$ 180, em abril próximo. O Executivo queria aumentar o mínimo para apenas R\$ 159.

Para conseguir esse dinheiro, a Comissão de Orçamento concordou com o relator-geral, senador Amir Lando (PMDB-RO), em reestimar as receitas federais para o próximo ano em R\$11,34 bilhões. O dinheiro sairá do combate à sonegação (o Congresso aprovou três projetos com essa finalidade nos últimos dias), da cobrança da dívida ativa da União e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que eleva a alíquota da CPMF de 0,30% para 0,38%. Só o combate à sonegação renderá R\$ 9 bilhões em 2001, conforme previsão dos economistas do Congresso.

Os novos gastos com obras e projetos sociais foram introduzidos no projeto orçamentário por meio de milhares de emendas do Congresso, beneficiando mais de

9 mil projetos, especialmente recuperação de estradas, construção e compra de equipamentos para postos de saúde, melhoria da educação, construção de habitações populares e obras de água e esgotos, entre outros. A área de saúde, por exemplo, recebeu a mais dos parlamentares R\$ 1,07 bilhão para investimentos, elevando o total do setor a R\$ 3,03 bilhões (todo o Ministério da Saúde terá no ano que vem R\$ 25,82 bilhões). O setor de transportes ganhou mais R\$ 1,23 bilhão para novos investimentos, o agrícola R\$ 462 milhões e a irrigação R\$ 852 milhões.

Com as mudanças da Comissão Mista de Orçamento, as quais serão agora votadas pelo Congresso Nacional, a receita não-financeira da União em 2001 (fora rolagem de dívida e empréstimos) será de R\$ 280,23 bilhões – a proposta original do Executivo era de R\$ 268,89 bilhões. Desse total, R\$ 41,78 bilhões serão transferidos constitucionalmente aos estados e municípios. Outros R\$ 59,15 bilhões serão usados no pagamen-

to de pessoal ativo e inativo do serviço público, além de encargos sociais. O Congresso praticamente nada mexeu nos gastos com pessoal.

Uma grande fatia das receitas federais (que o Congresso não pode alterar) será usada no pagamento de juros e amortizações da dívida pública – exatamente R\$ 75,72 bilhões. Descontando os juros que a União tem a receber, o gasto líquido da União com juros ficará no próximo ano em R\$ 45,4 bilhões. Isso só será possível se os juros médios do ano ficarem em 14,23%

(valor pago pelo governo por seus títulos). Esse gasto terá redução de 3,4% comparando-se com a previsão de 2000. O relator Amir Lando fez críticas ao dispêndio com juros, ponderando que o gasto com a dívida pública da União (que chegará a R\$ 873,6 bilhões em 31 de dezembro de 2001) comprime as aplicações nas áreas sociais e nos investimentos. "É o império dos credores, impiedoso sobre os legítimos anseios de toda uma Nação."

### Os grandes números do Orçamento para 2001

| Item                                     | O que propôs o Executivo | Os novos números do Congresso |
|--|--------------------------|-------------------------------|
| Receitas totais                          | 268.893,3                | 280.234,1                     |
| Benefícios da Previdência                | 72.774,2                 | 75.327,2                      |
| Transferências a estados                 | 39.708,3                 | 41.768,7                      |
| Adivos e aposentados                     | 59.244,6                 | 59.158,7                      |
| Juros líquidos da dívida                 | 45.400,0                 | 45.400,0                      |
| Outras despesas correntes e de capital * | 69.093,6                 | 75.724,9                      |

### Quem ganha com as mudanças do Congresso

| Função                | Proposta do governo | Proposta do Congresso | Diferença     |
|-----------------------|---------------------|-----------------------|---------------|
| Administração         | 204                 | 420,8                 | 216,7         |
| Agricultura           | 477,6               | 939,5                 | 462,0         |
| Assistência Social    | 47,8                | 191,3                 | 143,5         |
| Ciência e Tecnologia  | 459,8               | 466,2                 | 6,4           |
| Comércio e Serviços   | 124,5               | 316,3                 | 191,9         |
| Comunicações          | 1108,3              | 1108,2                | (0,1)         |
| Cultura               | 20                  | 65                    | 45            |
| Defesa Nacional       | 1446,9              | 1483,8                | 36,9          |
| Desporto e Lazer      | 32,5                | 234,8                 | 202,3         |
| Direitos da Cidadania | 177,6               | 261,2                 | 83,7          |
| Educação              | 820,9               | 982,3                 | 161,5         |
| Encargos Especiais    | 161,5               | 73,4                  | (88,1)        |
| Energia               | 163,1               | 167,1                 | 4             |
| Essencial à Justiça   | 38,8                | 55                    | 16,3          |
| Gestão Ambiental      | 710,1               | 1562,2                | 852,1         |
| Habituação            | 12,1                | 288,5                 | 276,3         |
| Indústria             | 84                  | 134,6                 | 50,6          |
| Judiciária            | 209,8               | 237                   | 27,3          |
| Legislativa           | 72                  | 86,7                  | 14,7          |
| Organização Agrária   | 178,1               | 212,9                 | 34,8          |
| Previdência Social    | 34,6                | 32,5                  | (2,2)         |
| Relações Exteriores   | 17,8                | 17,3                  | (0,5)         |
| Saneamento            | 107,6               | 343,4                 | 235,8         |
| Saúde                 | 1958,6              | 3033,6                | 1075          |
| Segurança Pública     | 605,6               | 660,8                 | 55,3          |
| Trabalho              | 110,1               | 112,8                 | 2,7           |
| Transporte            | 2653,5              | 3889,6                | 1236,1        |
| Urbanismo             | 92,5                | 703,7                 | 611,1         |
| <b>Total</b>          | <b>121,29</b>       | <b>18080,7</b>        | <b>5959,9</b> |

# Para relator, governo deve resolver problema

Ficará a cargo do Executivo solução para o "buraco" de R\$ 1,4 bilhão criado depois que os líderes partidários decidiram não votar a emenda constitucional que institui a cobrança da previdência social dos inativos

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), deixou para o Executivo a solução para o "buraco" de R\$ 1,4 bilhão criado depois que os líderes partidários decidiram não votar a emenda constitucional que cobra previdência social dos inativos federais. No projeto de Orçamento enviado ao Congresso, o Executivo contava com a "verba condicionada" dos inativos, mas o relator disse que não havia "nem clima nem tempo hábil" para

sua votação.

Com isso, o relator incluiu em seu substitutivo um dispositivo permitindo que o Executivo faça a necessária troca de fontes, pois o governo contava com o dinheiro da nova arrecadação. "O Executivo sabe melhor que todos nós de onde tirar os recursos que seriam pagos pelos inativos", afirmou Amir Lando.

Em entrevistas à imprensa, o senador disse que o governo "sabe como arrumar" verbas para subs-

tituir a cobrança dos inativos. E mais: o Executivo terá de encontrar fontes para bancar o aumento de salário dos militares, anunciado recentemente pelo presidente da República. Também terá de encontrar fontes para pagar o reajuste de 11,98% concedido judicialmente aos servidores do Poder Judiciário.

Uma das possíveis fontes, conforme Amir Lando, é o aumento real que as receitas federais vêm tendo nos últimos anos e que, a

seu ver, deve se repetir em 2001, "um ano de crescimento de 4,5%, com inflação de 4% ao ano e juros em queda". Ele observou em seu relatório que manteve a previsão do governo de obter no ano que vem um superávit primário (fora pagamento de juros) de 2,25% do PIB, ou seja, haverá uma sobra de R\$ 28,1 bilhões nas contas do governo central.



Relatório de Amir Lando prevê superávit primário de 2,25% do PIB



## Orçamento vai ao Presidente

O relator-geral da proposta orçamentária para o ano de 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado

Alberto Goldman (PSDB-SP), e outros membros do órgão técnico estiveram na manhã de ontem com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

## Negociações do Congresso possibilitaram mínimo de R\$ 180

O projeto orçamentário para 2001, que pode ser votado hoje pelo Congresso, reserva uma verba de R\$ 3,4 bilhões para o Ministério da Previdência Social, que pagará a partir de abril o salário mínimo de R\$ 180 a 12,3 milhões de aposentados. Esse dinheiro só se tornou possível graças a uma longa negociação entre o Executivo e o Congresso, representado pelo relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Pela recente Lei de Responsabilidade Fiscal, não se pode criar qualquer despesa permanente sem que as devidas receitas também sejam permanentes. O Executivo exigiu que o Congresso, se

quisesse aumentar o mínimo de R\$ 151 para R\$ 180, conseguisse verbas permanentes. Pelas negociações, o Congresso aprovou três projetos de combate à sonegação (um deles já é lei), abriu mão da verba de R\$ 1,6 bilhão indicada antes pelo Executivo para as emendas dos parlamentares e ainda cortou cerca de R\$ 300 milhões no custeio da máquina pública, gerando os recursos para a Previdência pagar os aposentados do INSS.

Mas os três projetos de combate à sonegação devem render, no cálculo dos economistas do Congresso, pelo menos R\$ 9 bilhões. Deste total, uma verba de

R\$ 1,2 bilhão irá prioritariamente para o salário mínimo. O que passar disso, conforme proposta do relator-geral, bancará mais de 9 mil emendas dos parlamentares, sendo R\$ 5,9 bilhões para investimentos sociais e em obras de infra-estrutura.

Esta é a primeira vez que o aumento do salário mínimo foi negociado enquanto se discutia o projeto de Orçamento para o ano seguinte. Tradicionalmente, a discussão ocorre no início do ano, quando o Orçamento já está sendo executado e não há mais tempo hábil de se encontrarem fontes permanentes para financiamento do salário mínimo.

## Senadores defendem mudanças no relatório final

Sentimento de discriminação e cobrança de tratamento equitativo manifestados ao relator-geral, senador Amir Lando (PMDB-RO), foram as principais reclamações feitas pelos representantes dos estados de Mato Grosso e do Tocantins no Senado nas discussões realizadas ontem à tarde em torno do substitutivo à proposta de lei orçamentária para 2001 submetida à apreciação da Comissão de Orçamento.

Segundo o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), "Mato Grosso foi discriminado na última fase", de elaboração do relatório geral, pois a média de recursos distribuída para os estados ficou em torno de R\$ 50 milhões, enquanto a Mato Grosso teriam sido alocados "apenas R\$ 20 milhões". Amir Lando, nesse caso, admitiu que pode ter ocorrido algum equívoco e pediu que o caso do estado fosse discutido por ocasião do seu parecer sobre os destaques para votação em separado.

Antero de Barros (PSDB-MT) cobrou do relator o cumprimento da Constituição no que diz respeito à distribuição de recursos para irrigação. Pela Carta, 20% dessas verbas deveriam ser aplicadas na região Centro-Oeste e o substitutivo do relator destinou 17,71%.

Ao solicitar explicação para o volume de recursos orçados para as agências reguladoras nacionais, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que elas, pela proposta em exame na comissão, foram beneficiadas com mais recursos que os destinados aos ministérios afins. Ele também reclamou da redução de recursos orçamentários para seu estado, comparativamente a 1999. Leomar Quintanilha (PPB-TO) também manifestou seu inconformismo com o fato de o Tocantins ter sido beneficiado com R\$ 127 milhões na proposta para 2001, menos que os R\$ 147 milhões inscritos no Orçamento deste ano.



Jonas Pinheiro: "Mato Grosso foi discriminado na última fase" de elaboração do relatório



Leomar Quintanilha manifestou inconformismo com volume de recursos para o Tocantins

# Maldaner cobra recursos contra catástrofes

Às vésperas do exame do Orçamento, senador adverte que as verbas destinadas à Defesa Civil continuam ínfimas e, por isso, é necessário votar projetos com soluções para o setor

A escassez de recursos orçamentários para a Defesa Civil levou o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) à tribuna do Senado para defender projetos de sua autoria que visam ao combate do problema. A proposta de Orçamento original do governo estipulava R\$ 2,4 milhões para o setor. Na Comissão Mista de Orçamento, os valores foram aumentados para R\$ 79,3 milhões. Apesar do acréscimo considerável, o senador teme que os recursos ainda sejam insuficientes.

— Estamos prestes a votar o Orçamento e, mais uma vez, os recursos destinados à Defesa Civil continuam ínfimos. Teremos de percorrer a via-crúcis dos gabi-



Maldaner considera necessário disseminar uma cultura de prevenção das catástrofes naturais

tes ministeriais atrás de verbas emergenciais, que são paliativas — alertou Casildo Maldaner.

O senador é autor de três propostas sobre o assunto. A primeira permite o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelas pessoas que tenham suas casas destruídas por catástrofes da natureza. Outro projeto é o que institui a contribuição sobre seguros, destinando recursos para o Fundo Especial para Calamidades Públicas. Há ainda proposta, rejeitada na Comissão de Assuntos Econômicos,

que destina ao setor recursos da arrecadação com o Imposto de Renda. Casildo Maldaner estuda a viabilidade de reapresentar a matéria no próximo ano.

As propostas, avalia o senador, seriam uma forma de incutir na sociedade brasileira uma cultura de prevenção das catástrofes naturais. “Não irei descansar enquanto não sentir que esta preocupação não é só minha, mas de todos nós e, principalmente, daqueles que detêm as chaves do cofre. Um país não pode crescer apenas sustentando a estabilidade ao custo da fome, da miséria e do descaso com aqueles que ajudam a construir a riqueza desta nação”, observou.



Freire observou que os canadenses já começaram a endurecer sua posição diante do Brasil

## Freire pede a senadores que apóiem o Brasil diante do Canadá

O Senado precisa apoiar a posição assumida pelo governo em relação à disputa comercial entre o Brasil e o Canadá envolvendo o comércio de aeronaves, defendeu ontem o senador Roberto Freire (PPS-PE). Pouco antes do recesso legislativo, foi criada comissão parlamentar destinada a analisar o problema, mas até agora os integrantes não foram indicados pelos líderes partidários. Freire pediu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que solicite agilidade nas indicações. — A política externa brasileira tem sido acertada no que diz respeito à pretensão americana de acelerar a instalação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). E também foi correta por ocasião do problema com os canadenses. Cabe ao Congresso consubstanciar as decisões do Itamaraty — disse o senador, que pregou uma atitude de oposição coerente com a postura diplomática do Brasil. “Questões de política externa permanecem mesmo após a saída do presidente”, arrematou. Freire disse ainda que os canadenses já começaram a endurecer as relações com o Brasil, suspendendo ajudas de caráter humanitário que vinham sendo concedidas por meio de organizações não-governamentais. Este é, na avaliação do senador, um sinal de que haverá retaliações dos canadenses, ratificadas pela Organização Mundial do Comércio, contra produtos brasileiros.



“A sensação é de que continuamos alijados”, afirma Lúcio Alcântara

## Globalização só tem servido aos países ricos, alerta Lúcio Alcântara

A globalização econômica tem servido para aumentar a preponderância dos países ricos, em vez de possibilitar a inserção dos países periféricos. A análise foi feita ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que criticou a imposição de barreiras não tarifárias, de caráter ambiental, jurídico ou trabalhista, e que impedem a venda de produtos de países em desenvolvimento.

Lúcio Alcântara defendeu o fortalecimento do Mercosul como forma de garantir o ingresso dos países membros na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). “Devemos fortalecer a posição brasileira nas negociações. Precisamos discutir em que bases será feita esta associação”, afirmou o senador.

O senador lembrou a aprovação pelo Congresso de leis e emendas constitucionais propostas pelo Executivo sob o argumento de

que eram mudanças necessárias à inserção do Brasil na nova ordem econômica mundial. “Mas a sensação é de que continuamos alijados”, disse.

Lúcio Alcântara sugeriu uma mudança de perfil do Senado, que, segundo ele, costuma dar pouca importância aos assuntos de política externa. “Vamos dar apoio à política do presidente Fernando Henrique Cardoso com relação ao tema do comércio exterior. O Senado é o local adequado para o debate destas questões”, argumentou.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a intenção dos Estados Unidos é “implodir o Mercosul”. Os acordos firmados pelos americanos com o Chile, entende Simon, representam uma provocação aos membros do Mercosul e sinal do poderio dos Estados Unidos.

## Moreira destaca esforço de Bianco para resgatar credibilidade de Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) elogiou ontem todos os esforços do governador José Bianco para resgatar a credibilidade de um estado que “mergulhou nos últimos anos em um total descrédito perante sua população e os organismos federais”.

O senador citou a inadimplência de convênios mantidos com o governo federal, as obras inacabadas em vários municípios, as denúncias de envolvimento de assessores do ex-governador em malversação de dinheiro público e as crianças fora de sala de aula como alguns dos problemas mais sérios enfrentados pelo estado. E os atribuiu ao ex-governador Waldir Raupp.

No mesmo discurso, disse que

o grande salto de qualidade na administração do estado está sendo dado e que seus efeitos já se fazem sentir. Informou que hoje 85% dos servidores estaduais já recebem seus vencimentos em dia e que Rondônia está em obras, com máquinas abrindo e asfaltando rodovias em todo o estado. Também afirmou que a questão do desemprego vem sendo enfrentada, inclusive com programas de incentivo tributário.

Mas, para Moreira Mendes, a grande revolução está sendo feita na educação, que “vem sendo reconhecida em todo o país como um modelo exemplar de seriedade, arrojo e de valorização da escola, dos professores e dos alunos”.



Moreira Mendes diz que o ensino em Rondônia passa por uma revolução

# Heloísa Helena critica novo nome da Petrobras

Ao considerar irrelevante a necessidade da mudança, senadora recebe apoio de Eduardo Suplicy, Geraldo Cândido e Pedro Simon. Ela também anunciou requerimento para que ministro e presidente da empresa justifiquem decisão

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) insurgiu-se contra publicidade divulgada ontem pelos jornais em que a Petrobrás anuncia sua nova marca corporativa — Petrobrax. Ela considerou um absurdo que o nome esteja sendo modificado, entre outros motivos, para não ser associado ao estado brasileiro.

Heloísa Helena informou ter-se reunido com o chefe do escritório da Petrobras em Brasília, onde ouviu argumentos que não a convenceram da necessidade de mudança dessa marca. Ela conside-

rou tão irrelevante a necessidade da mudança que disse esperar uma idéia dessas apenas de alguém como o ex-presidente Fernando Collor de Mello, mais identificável com idéias burlescas.

Durante seu discurso, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que se colhessem assinaturas num requerimento para que o ministro de Minas e Energia e o presidente da Petrobras encaminhem ao Senado todos os estudos que justificaram essa mudança de nome. Heloísa Helena acatou imediatamente a idéia e disse

que recolherá as assinaturas hoje.

Suplicy considerou estranho que um dispêndio de R\$ 100 milhões, divulgado como o necessário para a mudança nesse nome, não venha acompanhado da informação sobre qual a receita esperada pelo governo com a substituição de Petrobras por Petrobrax. Tratando-se da mudança de nome da maior empresa brasileira, o senador considerou essencial que o governo forneça essa informação.

Os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS) apartearam para



Heloísa disse que argumentos do chefe do escritório da Petrobras não a convenceram

também manifestar seu espanto com a mudança do nome da Petrobras. Para Simon, a fórmula

que o governo encontrou para acabar com essa empresa foi desmoralizando-a.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

5h30 — Retrospectiva do Jornal do Senado  
6h — As Cores do Mundo — Nacionalidade Keija  
6h30 — Entrevista Especial — Crimes contra a humanidade  
7h30 — Entrevista — Sen. Romero Jucá faz balanço da Comissão de Fiscalização e Controle  
8h — Retrospectiva do Jornal do Senado  
8h30 — De Coração — Ações de cidadania contra o fumo  
9h — Tela Brasileira — Carlos Ebert  
9h30 — Entrevista — Raimundo Carreira faz balanço das atividades do Senado  
10h — Sessão Plenária (vivo)  
Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)  
Logo após: Sessão Conjunta do Congresso Nacional (vivo)  
21h — Retrospectiva do Jornal do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
10h — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — A Voz do Brasil  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Suplicy afirma que o país está em condições de conceder renda mínima

Aproveitando a divulgação de dados do IBGE segundo os quais

o Brasil atingirá 170 milhões de habitantes no ano 2000, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que o país tem tudo para aplicar um programa de renda mínima capaz de propiciar a todos uma participação nas riquezas da nação.

Ele afirmou que, assim como o IBGE gastou R\$ 4,00 com cada

Brasil poderia perfeitamente distribuir R\$ 480,00, por ano,



Suplicy: renúncias fiscais beneficiam as camadas mais ricas

para cada um dos 170 milhões de brasileiros. Se o governo fizesse isso, observou o parlamentar, despenderia R\$ 81,6 bilhões por ano, quantia menor que a paga a título de juros da dívida interna e externa.

Em uma família de dez pessoas, raciocinou, isso significaria R\$ 400 reais por mês, o que é perfeitamente possível ao país pagar. “Já que é

possível pagar R\$ 84 bilhões aos titulares da nossa dívida interna e externa, é perfeitamente factível pagar uma renda mínima”, argumentou ainda o parlamentar.

Ele também referiu-se às renúncias fiscais bancadas pelo governo, que, só em 1999, deixou de arrecadar R\$ 42,5 bilhões, beneficiando camadas mais abastadas da sociedade, como as que compram produtos em lojas francas de aeroportos. “Se somos capazes de uma renúncia fiscal dessa ordem, por que não seríamos capazes de prover o necessário a todos os brasileiros?”, argumentou Suplicy.

## Patrocínio aplaude a decisão de restaurar monumentos em Natividade

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) manifestou sua satisfação diante da decisão do Ministério da Cultura de incluir a cidade de Natividade — distante 218 quilômetros de Palmas (TO) — na lista das 20 cidades históricas brasileiras que vão ter prioridade nos investimentos do programa Monumenta, do governo federal. A cidade vem do ciclo do ouro e é rica em manifestações culturais, entre elas a catira e a sússia.

O programa conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para possibilitar o resgate e a conservação dos principais monumentos históricos do país. O programa propõe-se a atacar as causas da degradação crônica do

patrimônio histórico, motivada, principalmente, pelo baixo nível de atividades dessas áreas e reduzida participação da comunidade local na preservação, explicou o senador.

Segundo Patrocínio, sete áreas serão atendidas na primeira etapa do programa: Ouro Preto (MG), Salvador (BA), Olinda (PE), São Luís (MA), o bairro do Recife (PE), a área da Praça Tiradentes (RJ) e a área de Luz (SP). Numa segunda etapa, 20 cidades históricas serão atendidas, entre elas Natividade (TO).

As prioridades dentro do



Carlos Patrocínio: Natividade vem do ciclo do ouro

Monumenta serão realizar a restauração do retábulo do altar da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade e da Casa de Cultura de Natividade. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) já havia tombado, desde 1975, o conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico da cidade, e por isso já foram restauradas a ruína da Igreja Matriz, de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a antiga cadeia e a Igreja de São Benedito, informou Carlos Patrocínio.



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

#### Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica — Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB

- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica — Sistema Analógico:

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

#### Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Hartung quer lei para precatório de baixo valor

Senador pede aprovação de projeto de lei complementar que disciplina o pagamento das obrigações de natureza alimentícia ou que não ultrapassem R\$ 5.181, devidas em virtude de sentença judicial transitada em julgado

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) alertou o Plenário para a falta de lei complementar que especifique os débitos de pequeno valor previstos na emenda constitucional que autoriza estados e municípios a parcelarem o pagamento dos seus precatórios – os débitos decorrentes de decisões judiciais.

Ele pediu a aprovação de projeto de sua autoria que define as obrigações de pequeno valor e disciplina o seu pagamento, assim como a liquidação do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Entende o parlamentar que, no caso dos municípios, sobretudo os que não reelegeram seus prefeitos, a inexistência da lei comple-



Paulo Hartung afirma que a ausência de regulamentação induz ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal

mentar levará à responsabilização dos titulares por não pagarem os precatórios ou não deixarem saldo financeiro suficiente para sua liquidação no exercício seguinte, como restos a pagar.

Também advertiu que a falta

dessa lei representa um baque no processo de planejamento, é prejudicial ao equilíbrio das finanças públicas e induz ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ainda em sua opinião, essa omissão legal pode afetar o equilíbrio federativo e atentar contra o interesse público e do cidadão que percorreu todos os caminhos da justiça para ganhar uma causa de pequeno valor.

## DIFERENCIAÇÃO

O senador disse que seu projeto dá ao crédito de natureza alimentícia um tratamento diferenciado do crédito em geral. Define também como de pequeno valor o crédito individual de até R\$ 5.181,00. Para Hartung, a aprovação desse projeto é a oportunidade de diferenciarem-se os créditos de pequeno valor dos representados pelos vultosos precatórios. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) discordou da posição de Hartung, enquanto Roberto Requião (PMDB-PR) a apoiou.

## Osmar pede análise detalhada dos efeitos das concessões públicas

Sustentando que a política de concessão de rodovias tem trazido diversos problemas para o Brasil, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) pediu ao Plenário que aprove dois projetos de sua autoria destinados a impor mais austeridade à administração pública.

O primeiro determina que todas as concessões de serviços públicos devem ser precedidas, obrigatoriamente, de relatório de impacto econômico-social que analise os empregos a serem gerados com a concessão, o custo financeiro, o efeito sobre os setores produtivos e a consequência nas finanças públicas.

O outro projeto determina que todos os contratos de concessão entre o poder público e ente privado devem ser publicados integralmente na imprensa oficial, bem como ficar à disposição de qualquer cidadão interessado. No caso das concessões para a



Osmar Dias solicitou aos senadores a aprovação de dois projetos de sua autoria que impõem rigor às concessões públicas

exploração de rodovias, a concessionária ficará obrigada a disponibilizar trimestralmente para a sociedade a planilha de custos e receitas.

Osmar Dias disse ter conversado com proprietários de veículos e com caminhoneiros a respeito das enormes cifras pagas às concessionárias de pedágio em rodovias do Paraná. Um ca-

minhoneiro lhe contou que está deixando o lucro nas praças de pedágio, o que Osmar Dias considerou um exemplo do prejuízo que está sofrendo uma economia em que a agricultura é o setor que mais gera emprego.

“Vamos concluir que, nas praças de pedágio, estamos deixando grande parte da produção”, lastimou ele. Também informou que o governador do Paraná, na campanha eleitoral, assumiu o compromisso de não aumentar os pedágios e até de reduzi-los em 50%. Depois de eleito, contou Osmar Dias, o governador aumentou em 116% o pedágio dos veículos comuns e em 70% o dos caminhões transportadores de cargas.

Os dois projetos que o senador deseja ver aprovados aguardam decisão nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele apelou aos presidentes dessas comissões para que coloquem a matéria em votação, observando que os preços dos pedágios estão inviabilizando setores essenciais da economia nacional.



Requião também fez um relatório de suas atividades como observador dos trabalhos da ONU

## Requião: insolvência leva governo do Paraná a dar férias coletivas

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) informou ontem que, em razão da insolvência resultante da má administração pública, o governador do Paraná concedeu férias coletivas ao funcionalismo do estado. Dizendo-se preocupado com o fato, o parlamentar atribuiu ainda a crise financeira do estado a “um processo de profunda corrupção”.

Ele disse que, evidentemente, essas férias não atingem integralmente os serviços essenciais do estado, que trabalharão em regime de plantões, mas observou que o Paraná atravessa hoje uma crise só comparável com a enfrentada pelas pequenas e inviáveis prefeituras do interior do Brasil.

“Desgoverno, falta de correta condução administrativa, descontrole e tolerância com a corrupção nos levaram a esse estado”, lamentou Requião. Em nome também dos senadores Osmar Dias e Álvaro Dias, do PSDB paranaense, ele propôs que o governador convoque uma reunião com eles e com ex-governadores do estado para que, juntos, encontrem um caminho para tirar o Paraná dessa crise.

No mesmo discurso, Roberto Requião antecipou seu relatório como observador dos trabalhos da ONU, onde esteve durante 15

dias por indicação do Senado. Ele disse que, durante a guerra fria, quando a opinião brasileira podia fazer a balança do poder universal pender para a direita ou para a esquerda, o Brasil tinha uma posição significativa na ONU.

Mas o desmantelamento da URSS destruiu esse equilíbrio e estabeleceu, no mundo e na ONU, uma espécie de *pax americana*. Para ilustrar isso, Requião afirmou que o maior devedor da ONU hoje são os Estados Unidos, cujas obrigações atingem US\$ 1,7 bilhão, enquanto o orçamento anual da instituição é de cerca de US\$ 1,2 bilhão.

Ele também observou que a delegação enviada pelo Brasil à ONU é eficiente, bem informada, inteligente e culta, mas talvez excessiva. “Temos 18 diplomatas na representação da ONU, a única representação que tem um embaixador permanente e um embaixador adjunto permanente”, afirmou.

Requião observou ainda que, apesar de acharem que representam na ONU o governo brasileiro, os diplomatas do Itamaraty precisam saber que o governo brasileiro inclui também o Legislativo e o Judiciário. Em sua opinião, eles representam apenas o Executivo e assinam tratados muitas vezes inconstitucionais, como o Tratado de Roma.



Ernandes Amorim considerou positivo o balanço de seus seis anos de mandato

## Amorim faz a defesa das emendas parlamentares

A manutenção do instituto das emendas parlamentares ao Orçamento da União foi defendida ontem pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO). Segundo ele, a população está mal informada sobre o assunto, sendo levada a crer que o instituto representa um benefício para os congressistas. "Isso não é dinheiro para o parlamentar, mas para as necessidades básicas da população", esclareceu. Amorim está se despedindo do Senado, já que assumirá a prefeitura de Ariquemes, para a qual foi eleito em outubro último.

O senador teve emendas no Orçamento de 2000 que acabaram não se concretizando em recursos para o seu estado, e lamentou a dificuldade que os parlamentares enfrentam para conseguir verbas junto aos ministérios.

Fazendo um balanço positivo dos seus seis anos de mandato, o senador relacionou ações importantes implementadas pelo Congresso nos últimos anos e outras que ainda precisam ser feitas. O principal ponto a ser atacado, disse ele, é a reforma agrária. "Ainda não encontramos uma solução para assentar uma população que precisa de terra para trabalhar", afirmou o senador.

Em aparte, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) elogiou a atuação de Amorim e garantiu apoio no Congresso aos pleitos do município de Ariquemes. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) fez um relato da carreira política de Ernandes Amorim para, em seguida, destacar a lealdade presente na sua atuação.

# Álvaro defende prerrogativas da CPI que apura irregularidades no futebol

Senador elogia decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal contra mandado de segurança impetrado pelo Flamengo pedindo a suspensão dos trabalhos da comissão

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) fez ontem em plenário uma defesa das prerrogativas da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o futebol brasileiro. "Quebra de sigilos bancário e fiscal, investigações no exterior, especialmente em paraísos fiscais, são instrumentos fundamentais de que se valem as CPIs para combaterem a impunidade que assola o país", afirmou o senador, que elogiou decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso, contrária a mandado de segurança impetrado pelo Flamengo pedindo a suspensão dos trabalhos da comissão.

Álvaro Dias apresentou os argumentos jurídicos e legais que fundamentam as investigações da CPI sobre entidades privadas como os clubes de futebol e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). De acordo com o senador, as atividades da confederação revestem-se de caráter público, uma vez que são oriundas de delega-

ção do Estado. "Não há como negar que o fomento ao esporte e, particularmente ao futebol, constitui função eminentemente pública; portanto, os recursos da CBF têm natureza pública", afirmou o senador, para quem o Tribunal de Contas da União deve fiscalizar a gestão desses recursos.

Como consequência disso, continuou Álvaro Dias, a CBF estaria impossibilitada de doar recursos para campanhas eleitorais. Em depoimento à CPI, o presidente da confederação, Ricardo Teixeira, admitiu o financiamento das candidaturas de políticos simpáticos à entidade. Além disso, segundo dados apresentados por Álvaro Dias, o Flamengo, clube que tentou paralisar os trabalhos da comissão, tem uma dívida ativa de R\$ 21 milhões junto à Previdência Social. O clube sofre ainda processos na Receita Federal da ordem de R\$ 3,5 milhões e tem 49 bens penhorados na Justiça.

Em aparte, o senador José Ro-



Álvaro: CBF não poderia doar recursos para campanhas eleitorais

berto Arruda (PSDB-DF) também ressaltou o caráter público das atividades da CBF e disse que a CPI está "tirando o véu" que cobre as atividades relacionadas ao futebol. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu o aprofundamento das investigações, especificamente sobre a transferência para o exterior de atletas menores de idade. "São jovens brasileiros vivendo sem a mínima dignidade no exterior."

O senador Roberto Requião

(PMDB-PR) disse que as pressões que vem sofrendo a comissão de inquérito decorrem, em grande parte, da quebra de sigilo bancário de Carlos Augusto Montenegro, ex-presidente do Botafogo do Rio e presidente do Ibope. "A CPI sofre pressões de quem defende a manipulação da opinião pública. Ao quebrar o sigilo de Montenegro poderemos ter um retrato da manipulação das pesquisas", disse Requião.

## Valmir propõe maior rigor na habilitação de motorista

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) apresentou projeto de lei que torna obrigatório o uso de dispositivo limitador de velocidade nos veículos condu-

zidos por portadores de permissão para dirigir, estágio imediatamente anterior à habilitação plena de novos motoristas. O novo Código de Trânsito Brasileiro estabelece que a carteira de motorista definitiva só será expedida depois de um ano de experiência, em que o cidadão recebe apenas uma permissão para dirigir – em caso de falta grave, o novo motorista terá que reiniciar todo o processo de aprendizagem.

O senador acredita que o projeto, se aprovado, vai garantir mais segurança no trânsito e reduzir o principal causador de acidentes e mortes, o excesso de velocidade. Na

opinião de Valmir Amaral, embora a legislação tenha buscado plantar em cada novo motorista a semente de um comportamento exemplar no trânsito, na verdade o número de acidentes vem crescendo, principalmente entre os jovens motoristas. O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deverá ser examinado até o primeiro semestre do ano que vem.



Valmir Amaral defende mais segurança no trânsito

## Sebastião Rocha alerta para riscos no uso de silicone

O uso do silicone no organismo humano, principalmente em forma líquida, continua sendo feito de forma irregular em todo o país, expondo os pacientes a riscos reais de contração, dor, infecção e desfiguramento, além de efeitos negativos sobre órgãos saudáveis. O alerta é do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que, preocupado com o problema, apresentou projeto de lei que classifica como crime de lesão corporal a aplicação de

silicone líquido em seres humanos. A matéria está para ser votada em decisão terminati-

va pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sebastião Rocha, que é médico, informou, com base em dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que não há registro de silicone líquido entre as drogas permitidas para uso e nem autorização para a sua importação. Portanto, segundo o

senador, é possível que o produto esteja sendo utilizado sem qualquer controle de qualidade.



Rocha: silicone pode estar sendo usado sem controle de qualidade